
Sexos em guerra

Hommes et femmes dans la France en guerre (1914–1945).

CAPDEVILA, Luc; ROUQUET, François; VIRGILI, Fabrice; VOLDMAN, Danièle.

Paris: Payot e Rivages, 2003. 362 p.

Agosto de 1914: em duas semanas, 3,6 milhões de homens foram convocados para a guerra; setembro de 1939: em dez dias, 5 milhões de homens integraram o dispositivo militar. O recrutamento, em uma tal amplitude, de uma parcela da população francesa – a masculina – não ocorreu sem provocar enormes transformações na sociedade, da célula mais básica, a família, à organização produtiva do país. Essas mudanças tiveram como consequência uma revisão considerável dos papéis sociais das mulheres e dos homens. Partindo dessa tese, Luc Capdevila, François

Rouquet, Fabrice Virgili e Danièle Voldman percorrem os diversos lugares reservados aos homens e às mulheres na sociedade francesa, bem como as representações estereotipadas dos dois sexos, apontando as transformações que foram ocorrendo em função das necessidades criadas pelo esforço de guerra. Tempos de guerra são momentos privilegiados para se discutir as identidades de gênero, pois, como os autores mostram bem, a questão homem–mulher sai da esfera privada para adentrar no cenário político. Além disso, há uma mudança de eixo na sociedade, desorganizando a vida civil e trazendo situações excepcionais, em que as fronteiras entre os gêneros se confundem e, em certas situações, chegam a se inverter.

Fruto de vários anos de pesquisas, estudos e seminários, *Hommes et femmes dans la France em guerre (1914–1945)* foi escrito a oito mãos, em um processo bastante complexo de escrita individual, leitura coletiva, crítica, revisão e reescrita. O resultado é bastante profícuo, na medida em que fornece uma visão multifacetada dos assuntos abordados. A grande inovação do

livro está em tratar o gênero como categoria histórica, ou seja, como uma construção social evolutiva, que se modifica com o passar do tempo. Outra novidade foi tratar o tema em paralelo nas duas guerras, integrando a dimensão masculina. Masculino e feminino são abordados de forma indissociável, enquanto sistema. Assim, embora a questão da disputa de poder seja um elemento bastante importante na constituição da categoria de gênero, os autores vão além disso, identificando, a cada momento, as diversas composições possíveis, e muitas vezes contraditórias, dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Os autores são todos ligados ao Instituto de História do Tempo Presente e não são considerados, pelo menos na França, especialistas em história do gênero. São pesquisadores da guerra que resolveram integrar a discussão do gênero em seus estudos. Nesse sentido, é curioso notar que, dos quatro, três são homens, uma proporção rara de encontrar em trabalhos desse tipo – em que a representação feminina ainda é majoritária.

Nesse estudo, história cultural e história social não se distinguem. A política do Estado, a sexualidade dos cidadãos franceses, a violência da guerra, o cotidiano no front, a vida civil, são questões que, por sua complexidade e interligações, não podem ser reduzidas a um ou outro aspecto. As fontes também são variadas: relatórios de polícia, jornais, projetos de lei, documentos militares, correspondências de guerra, discursos oficiais, relatos de ex-combatentes, textos literários – estes últimos sendo empregados predominantemente para ilustrar determinadas situações. A bibliografia reunida é extensa e data, em grande parte, dos anos 1990 para cá, o que demonstra o quanto a problemática é recente.

O livro inicia-se com um capítulo teórico, em que se discutem a evolução do conceito de identidade e suas relações com a categoria de gênero, assim como a trajetória do estudo das duas guerras mundiais. Seria interessante, a título introdutório, explicitar melhor as principais diferenças entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Embora haja uma certa preocupação em deixar sempre clara a enorme diferença de contexto e de sociedade entre as duas guerras, nem sempre se consegue demarcá-las devidamente. Por exemplo: os dados sobre os mortos em cada guerra não são seguidos do total da população nos períodos correspondentes, de maneira que a comparação entre as duas – em termos gerais – fica prejudicada. Além disso,

temos de esperar até a página 182 para sabermos que a Primeira Guerra foi uma guerra de posições, que se restringiu aos departamentos do norte e do leste, entre dois inimigos claramente identificados, enquanto na Segunda Guerra a situação era mais complexa: o combate clássico foi combinado à guerrilha, houve um número muito maior de combates aéreos e de bombardeamentos – atingindo a população civil –, sem falar das diversas formas de repressão postas em prática pelo ocupante, como a deportação e a tortura.

Em ambos os conflitos, as autoridades francesas mobilizaram homens e mulheres no esforço de guerra: a legislação, os discursos oficiais, a propaganda indicavam o lugar que cabia a cada sexo na cruzada bélica. Homens lutando no front, mulheres em casa, cuidando dos filhos e garantindo o bom funcionamento da sociedade civil. Esses lugares, no entanto, não são estanques e vão sendo alterados de acordo com as necessidades: homens antes destinados ao combate podiam ser convocados para trabalhar na indústria – bélica, principalmente – e mulheres podiam acerrar-se dos campos de batalha cuidando dos feridos, como enfermeiras, ou substituir os homens na agricultura e na indústria, a fim de garantir a produtividade da nação.

Houve, além disso, uma apropriação pelo Estado de uma questão privada, o sexo, para enquadrá-lo na esfera política, através de uma série de medidas visando ao controle da sexualidade da população. O reforço da moral e a repressão dos desvios tornaram-se parte integrante da estratégia de garantir o bom curso da guerra. O reforço da família, através de ajudas financeiras e de incentivos à natalidade, era acompanhado da censura ao divórcio, ao aborto, à infidelidade. Além disso, houve uma grande preocupação no que diz respeito à prostituição e aos riscos que dela decorriam – devassidão moral e doenças venéreas – ao mesmo tempo que era considerada um mal necessário para aliviar as tensões dos soldados.

Por outro lado, a realidade da guerra pôs em xeque as fronteiras das identidades sexuais. Em situações-limite – quando a população civil se encontrava sob o perigo das bombas, ou nos grandes deslocamentos de uma região a outra (em maio-junho de 1940, de 6 a 8 milhões de pessoas atravessaram o país, deslocando-se do norte em direção ao sul) –, muitas vezes os papéis sociais atribuídos a um ou outro sexo deixavam de ter sentido e cediam espaço para as iniciativas individuais. Determinadas experiências representam um golpe pesado nas imagens de

gênero. A virilidade dos homens que por alguma razão abandonavam o campo de batalha, ou dos que integravam a categoria de feridos de guerra – incapazes de voltar à 'vida normal' –, era imediatamente colocada em xeque. Do mesmo modo, as mulheres que se viram responsáveis pelo sustento dos filhos, ou que decidiram partir para o combate nas trincheiras, estavam fora do padrão corrente de feminilidade.

Em algumas situações, chegou a haver uma completa inversão dos papéis, opondo, por exemplo, homens que não conseguiram reintegrar-se socialmente, devido a seus traumas de guerra, e mulheres que passaram a participar do mercado de trabalho. Um bom exemplo dessas situações, em que os papéis sociais entram em conflito, é o que ocorreu em Arras, em 1915. Durante um bombardeamento, uma enfermeira recusou-se a ir para o abrigo e abandonar os doentes não transportáveis, a despeito de todos os argumentos de seus colegas. Em suas memórias, ela menciona o drama de ter de escolher entre seus deveres maternos e sua consciência profissional. Só se decidiu quando o médico, colocando-se diante dela em uma posição de igualdade, argumentou que ambos tinham filhos e precisavam proteger-se, pois não podiam fazer mais nada pelos outros doentes naquela situação.

Concretamente, o que foi de fato modificado nesse jogo de vai-e-vem, entre a demarcação reforçada das fronteiras sexuais de um lado – pelos discursos políticos, pelo acirramento do controle estatal sobre a sexualidade da população – e seu enfraquecimento pela realidade da guerra – homens fragilizados, mulheres assumindo novas funções – por outro? Em que sentido as guerras foram um fator determinante nessas mudanças? A conclusão encontra-se mais no primeiro capítulo do que no último. Segundo os autores, houve uma transformação das relações entre homens e mulheres em dois níveis: em um movimento lateral, que teria aproximado os papéis reservados a homens e mulheres durante a guerra e, em outro sentido, em um movimento vertical, atenuando a hierarquia entre os dois sexos. A idéia é interessante, mas um pouco vaga. Provavelmente essa sensação de falta de nitidez deve-se ao fato de o livro ser um painel bastante fragmentado – os temas são correlatos, mas dispersos – e principalmente de se passar com excessiva facilidade da guerra de 1914–1918 à de 1939–1945.

No entanto, algumas pistas são dadas pelos autores. Da Primeira Guerra para a Segunda, a

imagem das enfermeiras banalizou-se e cedeu espaço para a da mulher que integrava a Resistência. A heroína deslocou-se daquela que cura para aquela que combate. Paralelamente, as mulheres passaram a desempenhar funções até então reservadas aos homens, ocupando diversos setores da atividade produtiva, seja no campo, seja na cidade. Evidentemente esse processo não é linear e tem seus entraves. As mulheres sempre receberam salários inferiores aos dos homens e houve uma tendência à distribuição de papéis dentro do mercado de trabalho, com uma definição de qualidades profissionais eminentemente femininas e outras masculinas.

Talvez a situação que melhor ilustre a complexidade das transformações seja a que ocorreu em agosto de 1944, quando um destacamento do Corpo feminino de transmissões desembarcou na Provença. A maior parte dessas mulheres já havia participado da campanha da Itália, mas, nem naquela ocasião nem na presente, haviam recebido armas para combater. Como haviam chegado mais rapidamente no terreno do que se previa, seu alojamento ainda não havia sido providenciado. Então, ofereceram-lhes uma granja para que passassem lá a primeira noite. Pela primeira e única vez na guerra, deram-lhes algumas granadas, para que pudessem se defender de um ataque qualquer, fosse ele do inimigo, fosse do exército aliado. Assim, em três anos, apesar de terem participado de várias campanhas – na Itália, na França e, depois, na Alemanha –, essas mulheres foram armadas apenas uma vez, não para proteger-se do inimigo, mas... dos homens. Por um lado, elas ocupavam o espaço máximo da virilidade, o campo de batalha; por outro, eram alvo fácil ao mesmo tempo do inimigo da nação e do sexo oposto.

Apesar da falta de uma amarração mais articulada dos diversos elementos apresentados no decorrer do livro, *Hommes et femmes dans la France en guerre (1914–1945)* é um estudo extremamente interessante. Ao abordar os diversos aspectos envolvidos na relação entre homens e mulheres em situação de guerra, perscruta questões inesperadas que se encontram no cruzamento entre a maneira como a identidade de gênero é percebida pelos indivíduos, a política do Estado em determinadas circunstâncias – visando a resultados específicos – e as situações caóticas e dramáticas provocadas pelo deslocamento de grande parte dos esforços da nação no sentido de um confronto bélico.

Mariana Joffily ■
Universidade de São Paulo